Direito fundamental à Felicidade: dos Clássicos à Sociedade da Informação¹

Paulo Ferreira da Cunha

Professor Catedrático de Direito da Universidade do Porto. UAM (*Laureate International Universities*), bolsista Funadesp na Fadis. Fundador do Instituto Jurídico Interdisciplinar da Universidade do Porto, Portugal.

*We hold these truths to be self-evident,
that all men are created equal,
that they are endowed by their Creator
with certain unalienable Rights,
that among these are Life, Liberty
and the pursuit of Happiness.
– That to secure these rights,
Governments are instituted among Men,
Deriving their just powers from the
consent of the governed. [...].*

*Declaração da Independência
dos EUA, 4 de julho de 1776.*

Resumo: Procuram-se neste artigo raízes e asas do pensamento que enquadra o direito à felicidade ou à sua busca: desde as aspirações e reflexões helénicas clássicas ao projeto de constitucionalização de tal direito, por proposta no Senado brasileiro. E procuram-se pontes de ligação desta aspiração com a dimensão ideológica.

Palavras-Chave: Direito à felicidade, *Pursuit of Happiness*, direitos fundamentais, ideologia.

Sumário: 1 Em demanda das Teorias da Felicidade – 2 A questão ideológica – 3 Alternativas à opção ativa (ideológica). A alienação – 4 Felicidade e sociedade – Referências bibliográficas

¹ Versões ulteriores sobre a temática certamente serão editadas noutros países, e recolhidas em livro do autor, futuramente, como é habitual.

1 Em demanda das Teorias da Felicidade

A questão da felicidade põe-se desde que o Homem refletiu sobre si mesmo e a sua vida, a sua própria natureza, ou a sua condição.² Especialmente os Gregos antigos deram a essa reflexão uma altura e densidade particularmente importantes, marcando algumas atitudes exemplares sobre a questão, que iriam todas ter a sua posteridade no pensamento ocidental. A reflexão em horizontes não ocidentais poderá ter outros contornos, como desde logo na China, que segundo a intuição de Pascal seria a outra grande civilização além da ocidental: daí a dicotomia “Moisés ou a China”.³ Não nos poderemos, *brevitatis causa*, e pela complexidade do problema, aventurar por essas outras paragens.

Volvamos à Hélade. Se uma corrente muito persistente da sabedoria helénica insiste sobre a ligação da felicidade com a sorte e o acaso, muitas vezes ainda insistindo que ninguém é feliz (como se afirma, nomeadamente, na *Medeia*, de Eurípidés, ou no *Filoctetes*, de Sófocles), se na tragédia os títeres humanos são empurrados para a desgraça fatal não tanto pelas suas faltas (a própria *hybris* não acarreta necessariamente a culpa pessoal), mas por um destino que não podem controlar (como, desde logo, nessa obra-prima do Teatro que é o *Édipo-Rei*, de Sófocles), já um outro grupo de obras admite um veredito final, para se saber se alguém terá sido ou não feliz: após a morte (já que em vida nunca se saberia que desgraça não poderá trazer ao mais ditoso o incerto dia de amanhã).

Na *História*, de Heródoto, nem Cresos é considerado feliz por Sólon. De facto, viria a ter tardios desaires na vida, só vindo a ser salvo pelos deuses, *in extremis*, depois de se ter persuadido da sua petulância para com aquele sábio, cuidando-o ignorante ao não o ter incluído desde logo na galeria dos felizes. Houvera a cautela de considerar felizes apenas os mortos, e, de entre estes, apenas os mortos na consequência de feitos de algum modo gloriosos (ou pelo menos altruístas). E Cresos pôde, à sua custa, comprovar que só no último momento se poderá fazer um cabal balanço.

Platão (e, bastante mais tarde, os estóicos e os próprios epicuristas, como se sabe), contribuiria para uma distinção essencial: a diferença entre felicidade e hedonismo.

² Sobre a questão da alternativa filosófica e mesmo sociológica entre natureza e condição humana, cf., por todos, o nosso livro *O Ponto de Arquimedes*, Coimbra, Almedina, 2001.

³ Cf., sobre este aspecto, a contribuição do sinólogo e François Julien. Por todos, v. JULIEN, François — *Nourrir sa vie. À l'écart du bonheur*, Paris, Seuil, 2005. Sobre a China, evidentemente, muito haveria ainda a meditar, desde o clássico livro de POLO, Marco — *Viagens* (1298), tradução de Ana Osório de Castro, prefácio de António Osório, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008, o mais velho livro português sobre a China, de CRUZ, Frei Gaspar da Cruz — *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), introdução, modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Sociedade Editora de Livros de Bolso, 2010, a célebre obra de PINTO, Fernão Mendes — *Peregrinação* (1614), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. E não se poderia deixar de ponderar as saborosas páginas de MICHAUX, Henri — *Un barbare en Asie*, Paris, Gallimard, 1933. Todas com um registo de algum modo mitificado... Uma outra abordagem, mais recente, é a de LINDQVIST, Cecilia — *China, empire of living symbols*, trad. do sueco de Joan Tate, prefácio de Michael Loewe, Cambridge, Da Capo Press, 2008.

No *Banquete*, a figura desregrada de Alcibíades contrasta com a do moderado Sócrates, ambos posando assim para a História do pensamento como símbolos de duas formas, uma pura e outra corrupta, de encarar a felicidade.

As *Éticas a Nicómaco*, de Aristóteles (obra mais sistemática, que nos chegou mais completa, além de que com a vantagem de haver sido muito comentada durante séculos, desde logo por Tomás de Aquino⁴) devotaram-se firmemente ao problema, fazendo uma importantíssima ligação entre essa especificidade humana que deve ser o de viver segundo a razão e o fim da vida humana, que é a felicidade, concebida como uma ação do espírito que revela a virtude.⁵

As *Políticas*, de Aristóteles, começam, precisamente, associando todas as comunidades políticas ao bem, e o “Estado” *hoc sensu*, como a instituição que quer o máximo bem.⁶ E depois refletirá sobre se a vida ativa e política é a melhor vida, ou pelo contrário o recato da sombra de uma vida apenas passada nos negócios (e sobretudo ócios – mas ócios com dignidade, como mais tarde acrescentaria Séneca) privados.⁷ Há, num como noutro caso, uma latência, ao menos, do problema quer da felicidade pública, quer da particular. Evidentemente que a felicidade privada é uma descoberta mais complexa e certamente a sua assunção ou consciencialização mais tardia.⁸

Com os Gregos, o terreno estava preparado. Os dados principais do problema parecem em grande medida equacionados, embora com as óbvias limitações da sua mundividência cósmica.

Os romanos, desde logo Séneca e Cícero, não deixariam de abordar a questão, sobretudo em clave estoíca. O imperador Marco Aurélio parece sintetizar de forma muito completa a conceção de felicidade do estoicismo neste passo dos seus Pensamentos:

Se realizas a faina que tens entre mãos segundo a reta razão, com zelo, com energia, bom humor e sem preocupação ascritícia; se, por outra banda, conservas a voz do íntimo constantemente pura, como se tivesses de morrer dentro de instantes; se lhe acrescentas as disposição de nada esperar, de nada fugir; se te contentares com o trabalho presente conforme à natureza e, nos mínimos cometimentos, com

⁴ TOMÁS DE AQUINO — *In decem libros ethicorum Aristotelis ad Nicomachum expositio*, trad. cast. de Ana Mallea, estudo preliminar e notas de Celina A. Lértora Mendoza, *Comentário a la Ética a Nicómaco de Aristóteles*, Pamplona, EUNSA, 2000.

⁵ ARISTÓTELES — *Éticas a Nicómaco*, começa logo por discutir o bem para o Homem, concluindo, aliás, que a ciência do bem para o Homem é a Política (I, 2 – 1094a).

⁶ ARISTÓTELES — *Políticas*, I, 1.

⁷ *Idem, Ibidem*, VII, 1-3.

⁸ Cremos que, muitos séculos mais tarde, o grande ensaísta britânico Addison esboça uma ideia não só de implícita felicidade privada como da possibilidade de uma vida privada com sentido. Porém, fá-lo depois de implacavelmente narrar um hipotético diário de um *gentleman*, durante uma semana inteira, em que, realmente, nada de útil se passa, e temos sérias dúvidas de que o ocioso cavalheiro fosse assim feliz. Cf. ADDISON, Joseph — *A Citizen's Diary*, in *A Book of English Essays*, selec. por W. E. Williams, Londres, Penguin, reed., reim., 1987, p. 52 ss., máx. p. 56.

a sinceridade heróica, nesse caso viverás feliz. E ninguém há aí que te possa impedir de o ser.⁹

Retomando os clássicos, num legado que afinal se não perderia, o pensamento medieval prossegue a reflexão, embora em geral à sombra da piedade cristã. Nele sobressai, por exemplo, a imagem da roda da fortuna – por exemplo abundante nos *Carmina Burana*, e em Chaucer, nos *Contos de Canterbury* – agora menos confundida com sorte que nos tempos clássicos, onde tinha a ambígua qualidade de poder ser tanto benéfica como maléfica.

O longo período medieval não é porém muito afeito a uma ideia terrena e atual de felicidade. Ocorre-nos a síntese relativamente recente de Umberto Eco, que estudou esta época em alguns aspetos importantes, desde logo os estéticos, “(...) na mentalidade medieval, a felicidade era um estado futuro que podia ser alcançado através do sofrimento no presente”.¹⁰

As grandes transformações culturais renascentistas não deixaram a questão morrer. A par de um reamanhecer da Razão, recuperando os Antigos, há ainda um retorno significativo à adivinhação e, por curioso que pareça, o florescimento de alquimias e afins – uma manifestação da busca da felicidade (ou simplesmente do ouro) pelo oculto...

Mas o Renascimento acaba por simbolicamente significar alguma libertação relativamente a um certo pessimismo medieval: embora tenhamos que ter o maior cuidado com as generalizações, sobretudo ante a riqueza de situações e tão grande duração que tiveram os tempos medievais.

Certo é que o argumento da felicidade assume uma forma mais consistente, difundida e irreversível no Século das Luzes.¹¹

O mesmo filósofo aparentemente descarnado e quase inumano (antes de mais detidas investigações biográficas, contudo ainda não assimiladas pela *vox populi* filosófica) que havia proclamado a emancipação da Humanidade da sua longa infância sob tutela, irá desenvolver, na sua *Metafísica dos Costumes*,¹² considerações explícitas sobre a felicidade e a sua procura pelos Homens.

Não é que a felicidade entrasse pela primeira vez na filosofia, que sempre fora uma via de aprender a melhor viver, e a melhor morrer (ao menos de forma mais esclarecida; não se sabe se mais serena). É que agora a filosofia parecia dar a esse esquecido fim uma carta de alforria social, direitos de cidade. Que Rabelais fale de prazer, e Rousseau use a lira do sentimento, não comove as gentes sérias

⁹ MARCO AURÉLIO — *Pensamentos*, trad. port. de João Maia, Lisboa, Verbo, 1971, p. 33 (Pensamento nº 12).

¹⁰ ECO, Umberto — *Confessions of a Young novelist*, Harvard University Press, 2011, trad. port. de Rita Figueiredo, *Confissões de um Jovem Escritor*, Lisboa, Livros Horizonte, 2012, p. 47.

¹¹ Cf., v.g., McMAHON, Darrin M. — *Happiness: a history*, trad. port. de Fernanda Ravagnani e Maria Sílvia Mourão Netto, *Felicidade. Uma História*, São Paulo, Globo, 2006, pp. 28, 216 ss.

¹² V. a edição de KANT, Emmanuel — *Métaphysique des Moeurs. I. Doctrine du Droit*, 3ª ed. fr. com prefácio de Michel Villey, trad. e introd. de A. Philonenko, Paris, Vrin, 1986; *Métaphysique des Moeurs. II. Doctrine de la vertu*, 3ª ed. fr trad. e introd. de A. Philonenko, Paris, Vrin, 1985. Embora o prefácio, do grande Michel Villey, não faça totalmente justiça ao autor...

cuja iletracia filosófica é aliás proverbial. Mas para o filósofo de Koenigsberg falar muito seria e pesadamente do assunto, é porque esse magnífico séc. XVIII tinha já rompido o véu do templo e mostrado que a missão do Homem na terra era... a própria felicidade (claro, não o egoísmo próprio, mas o esforço pela felicidade geral). E esses milagres até os incrédulos Tomés têm de reconhecer, porque estão à vista e são palpáveis.

Ora tais direitos de cidade não tardarão, no plano jurídico. Embora, ainda hoje, séculos virados já no grande livro da História, ainda haja quem de Direito conheça apenas a coacção (para os mais subtis, a coercibilidade¹³) e os sinalgasmas, e sinta algo como repugnância (confessada ou não) ante a lepra de qualquer consideração do social ou do sentimental.¹⁴

E contudo, a felicidade deu entrada oficial no Direito Constitucional comum com o inovador texto da Declaração de Independência dos EUA.¹⁵ E a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, francesa, de 1789, falará também na “felicidade de todos”. Obviamente que esta recepção jurídica – que o foi – não teria sido possível sem toda a literatura e todo o ambiente mental e cultural do séc. XVIII. E de sensibilidade e estética.¹⁶

Antes, esse direito elementaríssimo, natural mesmo, seria quase totalmente regateado, porque o fim do Homem era considerado precisamente fora de si, e tal busca seria, no mínimo, considerada pecaminosa. Mas não pode deixar de ver-se ainda algo de aristotélico na *démarche* iluminista. Ou, pelo menos, em alguns aspetos desta empresa. Assim, a primeira edição da Enciclopédia britânica, em 1771, abrirá o seu artigo sobre Filosofia Moral com uma lição simultânea de virtude e felicidade:

MORAL PHILOSOPHY is “The science of MANNERS or DUTY; wich it traces from man’s nature and condition, and shews to terminate in his happiness’. In other words, it is “The knowledge o four DUTY and FELICITY”; or “The art of being VIRTUOUS and HAPPY”.¹⁷

Não podemos esquecer, também, que a palavra e a realidade moderna da “ideologia” são quase contemporâneas da assunção da felicidade. A palavra ocorrerá com os “idéologues”, contemporâneos de Napoleão, o qual, ironizando sobre o grupo, era (e talvez cuidasse não ser “ideológico”, num sentido mais

¹³ Desde logo, cf. a distinção, bem sábia, em BAPTISTA MACHADO, João — *Introdução ao Direito e ao discurso legitimador*, reimp., Coimbra, Almedina, 1985.

¹⁴ Por todos, WARAT, Luis Alberto — *Do Paradigma Normativista ao Paradigma da Razão Sensível*, in *Temas Emergentes no Direito*, coord. de Marcelino Meleu / Mauro Gaglietti / Thaise Nara Graziottin Costa, Passo Fundo, IMED, 2009, p. 13 ss.; BITTAR, Eduardo C. B. — *Razão e Afeto, Justiça e Direitos Humanos: Dois Paralelos Cruzados para Mudança Paradigmática. Reflexões Frankfurtianas e a Revolução pelo Afeto*, in *Educação e Metodologia para os Direitos Humanos*, São Paulo, Quartier Latin, 2008.

¹⁵ Cf. o nosso *Filosofia Jurídica Prática*, Lisboa, Quid Juris, 2009, p. 225 ss.

¹⁶ Desde logo, v. o clássico TRAHARD, Pierre — *Les maîtres de la sensibilité française au XVIIIe siècle (1715-1789)*; Idem — *La sensibilité révolutionnaire (1789-1794)*, Paris, Boivin et Cie. edituers, 6 vols., 1931-1933.

¹⁷ “Moral Philosophy or Morals”, in *Encyclopaedia Britannica*, Edimburgo, 1771, vol. III, p. 270.

moderno). E foi ao mesmo tempo um dos expoentes e um dos liquidatários da Revolução Francesa (como bem observou o algo esquecido Augusto Comte¹⁸).

A felicidade precede, assim, a ideologia, mas as duas não distam muito, histórico-espiritualmente, uma da outra. Haverá relação entre ambas, não num plano puramente factual-causal, mas nos grandes diálogos entre ideias e entre comportamentos ditados ideologicamente?

Curiosamente, se a ideologia, tal como Baumlin disse sobre o constitucionalismo, pode ser *a história apaixonada dos Homens*,¹⁹ a felicidade parece ser o que ocorre nos intervalos plácidos da História, ou “nas suas páginas em branco”, como observaria Hegel.²⁰ Ou seja, como que “a história plácida dos Homens”. Tratar-se-á então de ver como das páginas escritas a tinta e a sangue na verdade se poderia passar para as páginas brancas. Como de uma história de sociedades ao rubro se gostaria de passar, ou alguns gostariam de passar, para o “fim da História”²¹ de um “regresso ao paraíso” das sociedades frias, para retomar a classificação de Levi-Strauss. A questão tem ocupado muita da bibliografia recente, da geografia da felicidade a livros de autoajuda.

Um dos problemas que hoje se põe é a banalização da “felicidade”. Só a livraria virtual americana da “Amazon.com” tinha há meia dúzia de anos cerca de 350 000 títulos. E criou-se um sentimento contrário àquele que era o miserabilismo conformista dos alvares da Humanidade, em que jamais se conceberia que uma pessoa normal pudesse ser feliz (mesmo Aristóteles reservava a possibilidade de razão, virtude e felicidade para um grupo muito restrito). Hoje todos (pelo menos no mundo ainda dito “ocidental”²²) se acham com direito a que se lhes dê, de bandeja, a felicidade. A questão tem repercussões ideológicas não descuráveis, porquanto se reflecte no chamado assistencialismo, o qual tudo espera de um Estado provedor (com o seu exagero simétrico, o “neoliberalismo” totalmente absentista face às responsabilidades sociais do Estado, da sociedade, das empresas e dos abastados).²³

¹⁸ Não esquecido, contudo, por exemplo, por um ALAIN — *Idées*, Paris, Flammarion, 1983.

¹⁹ Para uma “sociologia” das ideologias, cf., v.g., BOUDON, Raymond — *L'idéologie ou l'origine des idées reçues*, Paris, Fayard, 1986; BAECHLER, Jean — *Qu'est-ce que l'idéologie?*, Paris, Gallimard, 1976; ANSART, Pierre — *Les idéologies politiques*, Paris, PUF, 1992.

²⁰ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich — *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*, Heidelberg, Oswald (C. F. Winter), 1830.

²¹ FUKUYAMA, Francis — *The end of history and the last man*, trad. port. de Maria Goes, *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva, 1992. Noutra clave, CATROGA, Fernando — *Caminhos do Fim da História*, Coimbra, Quarteto, 2003.

²² Cf., desde logo, MOREIRA, Adriano, *et alii* — *Legado Político do Ocidente*, prefácio de Alceu Amoroso Lima, Rio de Janeiro / São Paulo, Difel, 1978. Mais recentemente, Idem — *Memórias do Outono Ocidental. Um Século sem Bússola*, Coimbra, Almedina, 2009.

²³ Não há muito, v. o conceito, utilizado por Adriano Moreira, de “neoliberalismo repressivo”: *Apud* <http://www.ionline.pt/artigos/portugal-25-abril/adriano-moreira-portugal-esta-governado-neoliberalismo-repressivo#close> (consultado em 12 de outubro de 2015).

De qualquer forma, os obstáculos não nos parecem, de forma alguma, levar à renúncia da felicidade, uma ideia e um “direito” tão laboriosamente conquistados e com tanto esforço, ao longo de séculos. O problema é, sempre, o da sua correta interpretação. É certo que, imersos nós num mundo mediático e consumista, em que nos pretendem vender mil e um rostos da felicidade (e as ideologias e seus partidos não visariam vender outra coisa, no final de contas – se virmos a questão por esse prisma), nem é fácil escolher, nem ter o recuo suficiente para pensar o que ela realmente seja. Prisioneira da ilusão de tantos “paraísos artificiais”, a sociedade parece condenada a ter de pagar o preço de uma profunda infelicidade, que se salda, no domínio das promessas políticas, desde logo pela desilusão continuada, que leva ao alheamento da cidadania, a um certo cinismo, etc.²⁴ É verdade que há crescente descontentamento com as instituições, em países de democracia reencontrada mais ou menos recentemente (algumas décadas somente)²⁵ mas não será uma reação natural de quem, num primeiro momento, esperou demasiado, esperou “a felicidade”? Há extremos: por um lado, estamos em tempos em que o sinalagma estabeleceu pelo cidadão e o Estado parece claudicar, com serviços, garantias, direitos e mesmo liberdades que o Estado deveria garantir e não mais parece fazê-lo; por outro lado, há quem se ache com direito a tudo, sem nada contribuir. As redes sociais são uma ótima sensitiva para se ver especialmente esse último coro de clamores... de cidadãos que não entendem a necessária reciprocidade social.

E contudo, após todo este percurso, ficamos com a óbvia sensação de que o Direito e a Política, na sua ideal pureza, não renunciaram à felicidade. A reflexão que se imediatamente segue procura surpreender alguns aspectos dessa luta de Jacob com o Anjo, em que o *homo ideologicus* persegue esse ideal e é perseguido por ele.

2 A questão ideológica

Não sabemos se o que principalmente determina uma adesão ideológica será a busca da felicidade (no sentido positivo de *pursuit of happiness*, como na Declaração de Independência dos EUA) se, pelo contrário, um estado de infelicidade a que se reage, sem mesmo se acreditar que se encontrará felicidade com a atitude que se toma. Não são coisas idênticas.

²⁴ BRAITHWAITE, Valerie — *Trust and Governance*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation, 1998; NYE, Joseph S. et al. — *Why People don't trust Government*, Cambridge, Harvard University Press, 1997; NEVES, Mário Nuno — *Fundamentos e Determinantes da Implantação e Evolução do Sistema Político da III República Portuguesa*, Doutoramento em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais, Universidade Lusófona do Porto, Porto, 14 de Dezembro de 2011 (policóp.); CARNEIRO, José Álvaro — *Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime*, in “Opinião Pública”, vol. 14, junho de 2008, p. 1 ss.

²⁵ Cf., v.g., MOISÉS, José Álvaro Moisés — *Cultura Política, Instituições e Democracia*, in “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, nº 66, fevereiro de 2008, p. 11 ss.; RANIERI, Nina Beatriz Stoco — *O Espaço Público e suas Exigências: O Direito à Educação como Direito Político*, in “Revista Brasileira de Filosofia”, ano 60, vol. 237, julho-dezembro de 2011, máx. p. 227 ss.

No primeiro caso, o ânimo é o da procura, a “frescura na face” *de cumprir* “um dever” (corrigindo, *pro domo*, Fernando Pessoa²⁶). Estamos perante uma atitude claramente positiva, porque essencialmente esperançada. A esperança tem, nesta matéria, um papel essencial.²⁷

Já no segundo caso, a situação é outra. Encontrando-se na gaiola da sua infelicidade, quiçá revendo-se no eco ou no espelho de uma infelicidade de grupo, ou colectiva (sempre devemos atentar no espelho da rainha da Branca de Neve), o infeliz ainda eleva a sua voz e a sua inteligência manifestando-se por uma opção ideológica. É um esforço quase sobrehumano o desse indivíduo. Ergue-se da sua solidão e consegue mesmo ver em ideias (ideias mais ou menos abstractas, apesar de tudo) uma luz no fundo do túnel da sua servidão.²⁸ E mais: encontra tempo, e disponibilidade para tanto. Só essa atitude já é heróica. Atitude individual ideologicamente ativa.

A maioria das pessoas ainda se mantém, *tant bien que mal*, nos limites das crenças sociais, de trato, de costumes, de moral e de rituais que lhe foram sendo inculcados pelo meio, em muitos casos desde o nascimento. É claro que, se alguém resolve romper com a moral ou a religião, ou os hábitos essenciais em que foi educado, por descontentamento ou porque teve uma qualquer iluminação (sempre outros, e desde logo os seus mais próximos, que permanecerem onde estão, dirão que ilusão, ou miragem...) em grande medida estará a fazer uma opção ideológica, ainda que possa sentir-se obrigado a tal por uma força irresistível. Mas essa opção não será essencialmente política, antes moral, religiosa, “vivencial”, etc.

Não deixa contudo de ser importante sublinhar a hipótese sobre mudanças que é colocada por André Comte-Sponville quando discorre sobre espiritualidade:²⁹ parece poder retirar-se das reflexões deste pensador contemporâneo francês que não seria fácil um homem maduro reunir num domingo à mesa familiar seus filhos e netos e dizer-lhes solenemente que esquecessem todas as lições morais que lhes dera, por se ter “desconvertido” eticamente e assim as renegar. Já, pelo contrário, seria possível pensar num discurso em que declarasse ter perdido a fé, continuando porém fiel (esta *fidelidade* é um conceito importante no seu pensamento, embora seja discutível a propriedade da

²⁶ Cf. CAMPOS, Álvaro de (Fernando Pessoa) — *Poesias de Álvaro de Campos*, Lisboa, Ática, 1944 (imp. 1993), p. 40.

²⁷ BLOCH, Ernst — *Das Prinzip Hoffnung*, trad. cast. de Felipe Gonzales Vicen, *El principio esperanza*, Madrid, Aguilar, 1979, 3 vols.

²⁸ O tema da servidão, mesmo nos tempos atuais, não é estranho, embora tratado de formas muito diversas, como é natural. A dicotomia servidão / liberdade está muito patente nas duas partes (IV e V) finais de ESPINOSA — *Ética*, como se sabe. Cf., v.g., ALQUIE, Ferdinand — *Servitude et liberté selon Spinoza*, Paris, La Table Ronde, 2003 ; (BARRET-) KRIEGLER, Blandine — *L'État et les Esclaves*, Paris, Payot, 1979; RAMON CAPELLA, Juan — *Los Ciudadanos Siervos*, 3ª ed., Trotta, 2005, ed. port., *Os Cidadãos Servos*, Porto Alegre, SAFE, 1998. Muito diferente “servidão” é aquela para que aponta, naturalmente, HAYEK, Friedrich Karl von — *The Road to Serfdom*, London, Routledge, nova ed., 1991 (1ª ed., 1944).

²⁹ COMTE-SPONVILLE, André — *Qu'est-ce qu'une Spiritualité sans Dieu? À Propos de L'Esprit de l'Athéisme*, Paris, Studio Belleville, Frémeaux & Associés, 2007 (CD's audio).

expressão para designar a originalidade do mesmo – mas não pode deixar de recordar-nos o título real de Majestade Fidelíssima³⁰) ao legado moral que havia transmitido. Por isso é que se poderia (e pode, sendo questão, ao que parece, não muito problemática) ser um judeu ateu, e eventualmente, até (como ele próprio considera ser) um ateu fiel. Ao que alguém já considerou poder traduzir-se por ateu cristão ou cristão ateu.

Os movimentos agressivos de proselitismo de novas seitas, por exemplo, ou vagas de novas formas de estar no mundo, não necessariamente religiosas, etc., configuram possibilidades hodiernas de conversão ideológica não primariamente política, embora em muitos casos, ao longo da História, se verifique uma aliança objectiva entre certas mundividências aparentemente espirituais e posições políticas. Pode até pensar-se que, em alguns casos, situações de poder temporal buscaram de forma mais ou menos oportunista uma legitimação transcendente, para melhor servir de aparelho ideológico defensor e consolidante das suas posições. Um poder “pela graça de Deus”, seja qual for a sua versão concreta, é sempre um poder muito mais confortável, consigo mesmo e face aos outros, mesmo que o titular desse poder não acredite em qualquer divindade. *Paris vaut bien une messe.*

Creemos não afectar em nada os pergaminhos das diversas cosmovisões não propriamente ou primariamente políticas considerá-las no âmbito do mundo ideológico. Quaisquer mundividências, das filosóficas às meramente de etiqueta social (que para alguns, mais formalistas e dados à superficialidade, é alfa e omega), passando pelas crenças religiosas, partilham com a política não simplesmente factual (mas pensada e justificada, elaborada racionalmente e com narrativas legitimadoras) a marca da ideologia.

Consideramos, assim, o “ideológico”, aqui, num sentido vasto.³¹ A que nos poderíamos aproximar dizendo que temos por ideológica toda a produção cultural reflexiva sobre a existência e devir (terreno ou não) do Homem, no que de mais essencial se tem considerado. Uma reflexão, pois, que dá sentido à existência e à ação humanas, em boa medida, portanto, um conjunto de teias e textos míticos e discursos legitimadores, etc.

Também aqui, tal como, por exemplo, na própria questão prévia da noção de Direito, não desejamos cair na armadilha positivista da definição, que, nestas áreas, é uma limitação (*de-finiir, de-limitar*), sendo a *démarche* metódica mais adequada, a nosso ver, a simplesmente explicativa (desdobrando as “plicas” do problema) ou nocional.

Voltemos aos dois casos inicialmente referidos.

³⁰ Atribuído desde D. João V aos reis de Portugal pelo Papa Bento XIV, em 1748, e usado desde então pelos monarcas lusitanos.

³¹ Há contudo sentidos ainda mais vastos. Como testemunha um ROCHER, Guy — *Introduction à la sociologie générale*, trad. port. de Ana Ravara, *Sociologia Geral*, I, 3ª ed., Lisboa, Presença, 1977, p. 223.

Na adesão ideológica há a possibilidade de uma adesão jubilosa. Não quer dizer que quem neste grupo se insere não veja escolhos no seu caminho, ou que não sinta a circunstância em que se encontra. Mas isso pesa menos, comparado com o seu olhar no futuro, ou no Além (no caso de uma crença religiosa com dimensão *post-mortem*, como é o caso nas mais conhecidas no nosso ambiente cultural).

Um segundo indivíduo, menos entusiasta, não pode ser, contudo, menos-prezado, nem, com ele, a sua atitude. Pelo contrário. Em certo sentido, ele faz mais que o primeiro. Porque, acabrunhado e cercado na sua circunstância, e uma circunstância que lhe é ou que ele sente como particularmente adversa, sem o suplemento de oxigénio da esperança na sua versão afirmativa e positiva, ele ainda encontra forças para reagir (e contra-atacar) à adversidade. A sua atitude não é, em si, negativa. Ela é, aliás, e desde logo, muito mais positiva e meritória (alguns dirão ingénua) que a passividade de um outro que se quedasse alheado e abstencionista – e isso ocorre com tantos! Sem o fôlego e a esperança do primeiro, o segundo resiste, e contra-ataca, encontrando uma resposta positiva à adversidade. Este último, com a sua adesão reativa não deixa também de procurar uma solução.

Certamente que um caso e outro correspondem a tipos psicológicos diferentes, combinados ou não com situações de vida distintas.

No primeiro caso, poderá certamente não haver nenhum desequilíbrio ou crise interna ou externa. A adesão parece ser, no melhor dos casos, um trasbordar de si e do seu dever de fazer um mundo melhor, ou o homem mais santo, mais próximo da divindade, etc.

No segundo caso, é a resposta (positiva, insistimos) ou a um contexto adverso, ou a uma insatisfação pessoal.

3 Alternativas à opção ativa (ideológica). A alienação

Mas quer um quer outro dos nossos indivíduos que considerámos poderiam ter agido de outra forma. Poderiam, desde logo, não ter agido.

Vejam as situações no prisma que elegemos, o da felicidade. Mas centremo-nos agora, *brevitatis causa*, na opção ideológica que passa pela vida ativa política: será mais feliz, em abstrato, o cidadão que faz jus a esse nome, e adere a uma posição ideológica, ou o que, colhendo meramente as flores da vida, ou labutando alheado da *res publica* (afirmando eventualmente algo como o tópico “a minha política é o trabalho”), passa à margem das ideologias e da intervenção na Cidade?

É bucólica e tentadora a passividade desse heterónimo classicista de Fernando Pessoa, Ricardo Reis, que nos fala das flores (sobretudo das rosas), e dos rios que sempre correm, e convida a sua platónica amada Lídia a juntos

deixarem ciências e efusões...³² Pois “Sábio é o que se contenta com o espetáculo do mundo (...)”.³³

Mas poderá o Mundo encontrar bom governo se as boas pessoas se quedarem idilicamente nessa passividade à beira-rio e à beira-vida? O sono – e também a sonolência acordada – dos cidadãos é o maior aliado dos tiranos, lembrava Montesquieu.³⁴ Embora se reconheça que alguns, bafejados por uma sorte particular, podem viver subjectivamente muito bem, se privados de inquietações sociais, governados por tiranos. Trata-se, porém, de uma verdadeira alienação.³⁵ Para que um só minuto dos seus dias corra sem inquietações, séculos de opressão sobre muitos envergonham a Humanidade. Já Almeida Garrett perguntava quanto sangue, suor e lágrimas de um pobre são necessários para fazer um rico:

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?³⁶

Temos sempre que aqui recordar as *Políticas*, de Aristóteles, decerto um dos primeiros textos em que a vida ativa e a vida não diríamos apenas contemplativa, mas privada (quer contemplativa, quer egoísta e alheada) se confrontaram explicitamente. Também nessa passagem se sente alguma hesitação (certamente não retórica), cremos até que prolongada para além do admissível retoricamente. O que será certamente um sinal de sinceridade do autor.

Mas o Estagirita acabará por optar – poderia ter feito, naquele livro, de outro modo? – pela participação cidadã e política. Mas que o faz mais por um esforço de afirmação da vontade que por evidente corolário da razão.³⁷ Aristóteles não é um ingénuo que ignore os mil e um obstáculos da política e seus cantos de sereia, e, por outro lado, as delícias de uma vida descansada, fora do mundanal ruído, como advogaria, séculos mais tarde, Frei Luís de León, na sua *Canción de la vida solitaria*:

*Que descansada vida
la del que huye el mundanal ruido
y sigue la escondida
senda, por donde han ido
los pocos sabios que en el mundo han sido!*

³² Cf. REIS, Ricardo — *Odes*, ed. De Lisboa, Ática, 1981, v.g. os poemas “Mestre, são plácidas” (p. 13 ss.); “Vem sentar-te comigo, Lídia, à beira do rio” (p. 23-24), etc.

³³ *Ibidem*, p. 32.

³⁴ MONTESQUIEU — *De l’Esprit des lois*, XIV, 13.

³⁵ Sobre o tema, cf., v.g., o nosso livro *Desvendar o Direito*, Lisboa, Quid Juris, 2014.

³⁶ GARRETT, Almeida — *Viagens na minha Terra*, capº III.

³⁷ ARISTÓTELES — *A Política*, VII, 1 -3 (1323 a ss.), trad. port., São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 47 ss. Cf. o nosso *Aristóteles - Filosofia do Homem: Ética e Política*, in <http://www.hottopos.com/rih8/pfc.htm#_ftn68>.

*Que non le enturbia el pecho
de los soberbios grandes el estado,
ni del dorado techo
se admira, fabricado
del sabio moro, en jaspes sustentado.
No cura si la fama
canta con voz su nombre pregonera,
ni cura si encarama
la lengua lisonjera
lo que condena la verdad sincera. [...].³⁸*

A posição aristotélica terá evidentemente posteridade, e avulta hoje, desde logo, no pensamento de Hannah Arendt.³⁹ Porém, pesem todos os encantos e desencantos de uma vida muito envolvida na coisa política (em ação e também em reflexão que não seja especulação descarnada – e que, por isso, seja também uma forma de *praxis*), o animal político (não o simples *zoon politikon*, que todos somos, mas a pessoa que tem consigo ou de algum modo contraiu o vírus da política) sempre achará que vale mais a adesão e a atividade ideológicas (ou pelo menos coberta pela bandeira da ideologia, ainda que a tal possa ser refratária). Só ela seria a plenitude do ser-se pessoa, a completa humanidade de cada um, pois permitindo a esclarecida atividade da cidadania.⁴⁰ Sem ela, à margem dela, não restaria senão uma existência afinal de algum modo animalesca, a que alguns chamam de “bovina”, outros de “carneirismo”: em todo o caso, uma alienação. Privando cada um de assumir (ao menos quanto possível) o seu destino pessoal e a sua quota parte no destino coletivo, nas suas próprias mãos. É o *sapere aude* do Iluminismo, é a emancipação da espécie de que, a esse mesmo propósito, no célebre opúsculo *Was ist Aufklärung?*, falou Kant.⁴¹

À luz de uma visão auto-assumida e emancipada de Pessoa, tanto o trabalhador sufocado pelo labor sem fim e sem horizonte, mesmo que absurdamente por ele enamorado e obcecado, quanto o diletante esbanjador de tempo, fruidor tranquilo e requintado dos manás da vida são, cada um a seu modo, alienados. Ou seja, um e outro, cada um a seu modo, se encontram privados (e são auto-privados, auto-amputados, pelo menos em parte) da plena posse da sua existência, da cabal consciência de si e do mundo, e da livre capacidade de agir nele.

³⁸ LÉON, Frei Luís de — *Poesias Completas*, trad., prólogo e notas de José Bento, Lisboa, Assírio e Alvim, p. 34.

³⁹ ARENDT, Hannah — *A Condição Humana*, trad. port. de Roberto Raposo, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010, máx. pp. 8-25.

⁴⁰ Cf. os nossos livros *Constituição, Crise e Cidadania*, com Prefácio do Prof. Dr. Paulo Bonavides, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007, máx. p. 69 ss.; *A Constituição Viva. Cidadania e Direitos Humanos*, com Prefácio do Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007, máx. p. 15 ss. *et passim*.

⁴¹ KANT, Immanuel — *Was ist Aufklärung?*, 1783, ed. cast., trad. de Agapito Maestre y José Romagosa, *Qué es Ilustración?*, Madrid, Tecnos, 1988.

A grande justificação para a ação ideológico-política acaba por ser dúplice, mas até com uma raiz um tanto individualista. Sem dúvida que a sociedade clama por reforma ou revolução, porque sempre está mal. Mas, mais que isso, é o Homem, em si, que não pode ser peado no pleno desenvolvimento das suas capacidades, e, para ser plenamente um “animal político” e concretizar completamente a sua dignidade, tem de expandir-se, realizando-se em sociedade. Sem a sua intervenção social, para retomar um dito de Tomás de Aquino, ele é ou animal ou deus (*omnis homo qui solitarius est, aut est melior homine, et est Deus; aut peior homine, et est bestia*⁴²), e, não querendo ser um nem podendo ser outro, deixaria de ser Homem renunciando à sociabilidade e a uma sociabilidade ativa, interventiva, política. Mesmo um filósofo a quem poderiam assacar alguma misantropia, como Espinosa declararia: *Homo sit animal sociale*.⁴³

Donde se tem de concluir que a questão da Felicidade política passa pela necessidade da ação política, ao menos pelo normal exercício da cidadania. Não é concebível senão num país de cocanha, numa utopia não política afinal (daí que nem deva ser qualificada como tal), uma fruição sem empenhamento. No máximo, numa utopia moral.⁴⁴

E sempre que se não exercem e reivindicam os direitos, eles estarão inseguros, e, em situações mais críticas, serão reversíveis. Ainda que estejam por algum tempo nas Constituições e nas Declarações de Direitos, os direitos serão primeiro confiscados na prática (ainda de modo inconstitucional, ilegal, ou “ilegalíssimo”, se o pudéssemos dizer), depois as medidas ablativas passarão para as próprias leis (de cuja inconstitucionalidade ninguém curará excessivamente, ou, curando, será atacado e caluniado), e finalmente dar-se-á, havendo condições para tanto, o assalto final, o assalto à Constituição.⁴⁵

Da primeira fase são ecos as asfixias da democracia civil, de que fala, por exemplo, Adriano Moreira, as mil e uma tiranias quotidianas de uma microfísica do poder com bolsas de tirania.⁴⁶

A segunda fase é muito expressivamente pintada pela síntese do historiador e Professor da Universidade do Porto Manuel Loff:

Vivemos cada vez mais sob um niilismo legal (todas as normas podem ser desrespeitadas / suspensas em nome de uma emergência que o soberano impõe ao súbdito) perversamente disfarçado sob o princípio de uma legalidade aparente (os parlamentos substituem-se entre eleições à vontade popular, que deve permanecer

⁴² TOMÁS DE AQUINO — *Super Ev. Mt.* 11, 2.

⁴³ ESPINOSA — *Ethica, Propositio* 35. *Scholium*.

⁴⁴ GRASSI, Giacomo — *Utopia morale e utopia politica*, Messina-Firenze, Casa Editrice G. D’Anna, 1980.

⁴⁵ Se se pretendesse argumentar no contexto histórico, a ilustração destas observações (a partir da segunda fase, em especial) teria que ser maioritariamente feita com recurso a testemunhos recentes e fontes essencialmente jornalísticas, com notícias (ainda que algumas assinadas) e artigos de opinião, sobretudo. Porém, trata-se essencialmente aqui de refletir sobre um tipo ideal de “democracia crepuscular”, ficando ao encargo de cada um verificar se os seus elementos se verificam ou não, em cada concreto *hic et nunc*.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel — *Microfísica do Poder*, antologia com org., introd. e trad. de Roberto Machado, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

silenciosa, podendo ceder todo o seu poder a um governo que, por sua vez, o cede às entidades que bem entender, desde que componham uma *troika*).⁴⁷

Desde que estas linhas foram escritas, porém, não pouca água correu sob as pontes políticas.

A terceira fase é espelhada pelo pulular de projetos de alteração constitucional e de declarações mais ou menos bombásticas de ataque à constituição, de certidão de óbito ou de incompetência passada por funções que não pode desempenhar, ou meramente uma sua trivialização.

Destaque-se a incompreensão de alguns sobre o papel da justiça constitucional e o seu lugar na arquitetura dos poderes do Estado (que aliás é, ao contrário do que parece desconhecer-se, um fenómeno deveras internacional) e a assimilação, *pro domo*, da constituição em vigor a “esquerda” e até “comunismo” (uma Constituição como a portuguesa que, compromissória e altamente consensual – outro problema é se exdenominada e taticamente - contou apenas com 15 votos contra).⁴⁸

Obviamente reclamando o que a Constituição não pode resolver, por si só, e sobretudo contra a ação dos governos, que nela não reconhecem aliás muitas vezes freio, recordem-se as palavras de um deputado do único partido (de facto o mais à direita do hemiciclo) que votou contra a Constituição: “Se a Constituição permitiu os níveis de défice e dívida que trouxeram Portugal à situação actual, e se bloqueia o caminho para os equilíbrios necessários então já não serve o país”.⁴⁹

Comentando estas afirmações, disse-se já, em tom jocoso, mas que revela um timbre da polémica político-constitucional a partir do momento em que a Constituição é apenas um pretexto:

Leia-se: se as medidas constantes do Orçamento 2013 são inconstitucionais, mude-se a Constituição. Eu tenho uma proposta que segue este mesmo princípio de Filosofia do Direito: como estou em bocadinho em baixo de finanças e me dava jeito palmar umas carteiras, agradeço ao Parlamento que retire o furto do Código Penal, se faz favor. Ah... e se por acaso for proibido atirar fruta fresca a membros do Governo retirem também essa proibição. Obrigado.⁵⁰

⁴⁷ LOFF, Manuel — *O dia das surpresas*, in “Público”, 25 de Outubro de 2012, ed. eletrónica in <<http://jornal.publico.pt/noticia/25-10-2012/o-dia-das-surpresas-25467154.htm>> (reservado a assinantes).

⁴⁸ Cf. MOREIRA, Rui — *A Caixa de Pandora*, in “Jornal de Notícias”, 22 de Julho de 2012, ed. eletrónica in <http://www.jn.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=2679829&opiniao=Rui%20Moreira>.

⁴⁹ *Apud* VALENTE, Liliana — *Cortes. PSD diz que não é preciso mudar a Constituição. PS também não quer*, in “i”, 29 de outubro de 2012, ed. Eletrónica in <<http://www.ionline.pt/portugal/cortes-psd-diz-nao-preciso-mudar-constituicao-ps-tambem-nao-quer-0>>.

⁵⁰ MALHEIROS, José Vítor — *Do Design de Cadeiras Inexistentes*, in “Público”, 30 de outubro de 2012. ed. eletrónica in: <<http://jornal.publico.pt/noticia/30-10-2012/do-design-de-cadeiras-inexistentes-25501153.htm>> (reservada a assinantes).

4 Felicidade e sociedade

No plano mais comezinho, poderemos quiçá dizer que a presença do problema da felicidade, *hic et nunc*, não ronda os céus dos conceitos e nem estado de alma, factos extraordinários ou estados de consciência modificados, necessitando, para começar a pensar-se nela de novo a sério, para que ela seja tomada a sério (*taken seriously...* evocaríamos) que sejam preenchidos alguns requisitos mínimos.

No plano individual, Daniel Gilbert, professor de Psicologia na Universidade de Harvard, indica alguns parâmetros bastante plausíveis na senda dessa almejada felicidade, como: prospecção, subjetividade, realismo, presentismo, racionalização e corrigibilidade⁵¹. Não é aqui o lugar para os desenvolver, mas cremos que certamente seriam muito preferíveis a anelos sem substância e sem busca efetiva, que condenam as pessoas irremissivelmente à desilusão. O que terá certamente levado Clarisse Lispector a uma quiçá desapiedada consideração: “(...) eu carrego o mundo e há falta de felicidade. Felicidade? Nunca vi palavra mais doida, inventada pelas nordestinas que andam por aí aos montes”.⁵²

No plano coletivo, a felicidade elementar é apesar de tudo mais fácil de conseguir, ou pelo menos de equacionar. Diríamos que certamente os principais, os mais imediatos, e *conditiones sine qua non*, serão o direito à sobrevivência (e a uma vida digna), o qual não pode, nas nossas presentes condições de salariedade generalizado (que aliás teve consequências libertadoras, como, desde logo, o casamento de amor, e portanto a emancipação dos afetos e das comunidades familiares dos contextos sociais que outrora tudo controlavam, mesmo a família⁵³), realizar-se sem duas condições: direito ao emprego, direito ao trabalho, direito ao salário, por um lado, e, por outro, direito às prestações sociais que amparem o trabalhador (que quase todos são⁵⁴) em situações de infortúnio: como assistência na doença, no desemprego (cada vez mais preocupante em si mesmo e nas formas subtis de emprego precaríssimo⁵⁵), na velhice, na invalidez,

⁵¹ GILBERT, Daniel — *Stumbling on Happiness*, 2006, trad. port. de Liliane Marinho, 2ª reimp., Rio de Janeiro, Elsevier / Campus, 2006.

⁵² LISPECTOR, Clarice — *A Hora da Estrela*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998, pp. 11-12.

⁵³ Sobre as transformações nestes domínios, desde logo o clássico ROUGEMONT, Denis de — *L'Amour et l'Occident*, trad. port., *O amor e o ocidente*, Lisboa, Moraes, 1968; DUBY, Georges / ARIËS, Philippe (dir.) — *História da Vida Privada*, trad. port. com revisão científica de Armando Luis Carvalho Homem, Porto, Afrontamento, 1989- 1991, 5 vols. Especificamente no sentido do texto, FERRY, Luc — *Aprender a Viver. Filosofia para os Novos Tempos*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007, p. 290 ss.

⁵⁴ Podem ver-se as declarações de voto com diferentes conceitos de quem seja “trabalhador” durante a última Constituinte portuguesa in CALDEIRA, Reinaldo / SILVA, Maria do Céu (compilação) — *Constituição Política da República Portuguesa 1976. Projectos, votações e posição dos partidos*, Lisboa, Bertrand, 1976, e o nosso *Ideologia e Direito na Constituição de 76*, in “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Ribeiro de Faria”, Faculdade de Direito da Universidade do Porto /Coimbra Editora, Março de 2004, in ex no nosso *Miragens do Direito. O Direito, as Instituições e o Politicamente Correto*, Campinas, Millennium, 2003, pp. 9-70.

⁵⁵ Cf., por todos, REBELO, Glória — *Emprego e Contratação Laboral em Portugal. Uma análise Sócio-económica e jurídica*, Lisboa, HR, 2003; Idem — *Flexibilidade e Precariedade no Trabalho. Análise e Diagnóstico*, Lisboa, ed. do autor, 2004 (tese de doutoramento). Mais recentemente, Idem — *Trabalho e Emprego. Atualidade e Prospetiva*, Lisboa, Sílabo, 2012, 2 vol.

etc. É, afinal, o problema da sobrevivência do Estado Social ou do que dele possa restar...⁵⁶

Mas para além desta base estritamente material, necessária para que o demais se possa construir, acabam por ser geralmente consensuais, entre largos setores, os direitos à educação, à cultura, direito à cidadania e à participação política e direito à espiritualidade (direito, nesta, desde logo à crença ou à descrença, ou ao agnosticismo, ou ao indiferentismo, etc.).

É necessário, pois, além de condições materiais mínimas, condições de desenvolvimento da personalidade, quer pelo desenvolvimento mental, quer espiritual, sendo este optativo, mas possível para os que o desejarem. Já quanto ao desenvolvimento mental, pela educação e pela cultura, temos a tentação de obrigar as pessoas a, nessa matéria ao menos, serem livres. Aliás, o aumento da escolaridade obrigatória, por todo o mundo, parece ser um exemplo de que, explicitando ou não essa opção, os Estados não estão – e bem, desde que a educação seja sã e não manipulação – a não permitir que os cidadãos permaneçam na ignorância.

5 Do trabalho hodierno e da sociedade da informação

Pela sua magna importância, de sobrevivência, e pela simplicidade doutrinária do que afinal está em jogo (em contraste com a complexidade da questão no terreno) ponderaremos agora, de uma forma ilustrativa, e naturalmente ainda muito incompleta, alguns aspetos da atual questão laboral. Que terá certamente contornos simbólicos semelhantes à antiga “Questão Social”, a qual em boa hora despertou tantas consciências.

A ligação da felicidade (e das ideologias em seu torno) com o fenómeno do trabalho não é simples, mas é sempre muito reveladora, uma autêntica pedra de toque.

O lugar do trabalho nas filosofias e nas utopias não é consensual. Grandes autores, de quadrantes ideológicos variados, tomariam partido a favor e contra o trabalho.⁵⁷ Um dos mal-entendidos começa por ser o de se confundir trabalho como castigo divino (desde logo o que decorre da expulsão do paraíso⁵⁸), logo, labor apenas para ganhar o pão com o suor do rosto (trabalho escravo ou assalariado sem outra compensação) com, por outro lado, trabalho como forma de criação ou auto-aperfeiçoamento (e até mesmo de colaboração na obra divina, ou, noutra registo, de perfectibilidade humana), e manifestação da

⁵⁶ LOUREIRO, João Carlos — *Adeus ao estado social?: a segurança social entre o crocodilo da economia e a medusa da ideologia dos “direitos adquiridos”*, Coimbra, Wolters Kluwer / Coimbra Editora, 2010. Cf. ainda BONAVIDES, Paulo — *Do Estado Liberal ao Estado Social*, 7ª ed., 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 2004, *passim*, máx. p. 22. E o nosso *Direito Constitucional Geral*, São Paulo, Método, 2007, p. 229 ss.

⁵⁷ Com o significativo título “Le bonheur en prime”, um dossier de “Philosophie Magazine”, Paris, n° 16, 1 de fevereiro de 2008 trata de questões de trabalho, dividindo-se os autores entre os que enaltecem e os que criticam o trabalho como fonte de felicidade.

⁵⁸ Gén. III, 19.

personalidade, afirmação da criatividade, etc. Há mesmo quem diga que a este não deveria ser dado o mesmo nome... Poderia chamar-se, por exemplo, a um “trabalho”, o que deriva do instrumento de tortura romano *tripalium*, e ao outro “labor”, que tão bem se recorta na divisa *decus in labore*. E, evidentemente ainda há a distinção entre “trabalho” e “emprego”.

Se as questões laborais nunca foram fáceis, desde logo com o drama da escravatura e da servidão da gleba (que não são questões totalmente ultrapassadas nos nossos dias), a revolução industrial e o trabalho infantil, etc., a verdade é que parece hoje reaparecer o desprezo por quem trabalha. Um desprezo por vezes vexatório e de quem se julga de uma outra natureza, diferente da do trabalhador. Uma espécie de racismo de classe.

O trabalho, além desse desfavor em alguns círculos (por vezes determinantes) ganha contornos novos: apregoam-se as maravilhas do trabalho em casa, por exemplo (que permite aliás aos empregadores economias de escala, pela maior exiguidade dos locais de trabalho de que necessitam), mas graças a novas tecnologias, renova-se a possibilidade – só existente antes em tempos de escravatura e servidão – de uma mobilização permanente do trabalhador, sempre contactável por essas mesmas tecnologias, presumindo-se por isso que tem que estar 100% disponível. Ora, que é necessário “that a man might know / The end of this day’s business ere it come!” pode ler-se já em Shakespeare,⁵⁹ que para alguns seria uma espécie de inventor do “humano”...⁶⁰

Esta situação revela-se tanto mais penosa quanto o trabalhador se encontra sob a ameaça do desemprego cada vez mais fácil, graças a legislação de “flexibilização”, que, na verdade, mais não é, em geral, que um retrocesso civilizacional de muitas décadas. Fala-se mesmo já em direito de trabalho “de exceção”, que na verdade parece romper com os próprios pressupostos da criação do direito do trabalho (nomeadamente com o chamado *favor laboratoris*, que agora parece inverter-se).

A este propósito, bem observa António Casimiro Ferreira:

O efeito do falso reconhecimento, ou não-direito, é o de que grupos com objetivos e interesses manifestamente conflituais são integrados num sistema jurídico consensual, onde ao reconhecimento não corresponde a reciprocidade dos interesses conflituais dos grupos e dos indivíduos. A falácia reside na anulação do carácter conflitual das relações laborais e do direito do trabalho, bem como das funções de proteção da parte mais vulnerável.⁶¹

Em alguns aspetos, não há dúvida que até alguns regimes autoritários tinham uma preocupação social não partilhada hoje por muitos que se vangloriam de democratismo. Teríamos que recuar algo arqueologicamente, para

⁵⁹ SHAKESPEARE, William — *Julius Caesar*, V, 1.

⁶⁰ BLOOM, Harold — *Shakespeare, The Invention of the Human*, Riverhead Books, 1999.

⁶¹ FERREIRA, António Casimiro — *A Sociedade da Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção*, Porto, Vida Económica, 2012, p. 136.

encontrar propostas como o atualmente em presença no terreno económico. Encontramos por exemplo a recusa das escassas e tímidas pensões de aposentadoria, pelo economista Paul Leroy-Beaulieu:

Esse projeto é uma aventura assustadora, que será a ruína de nossas finanças. É nocivo até mesmo como princípio, pois desvia das profissões que envolvam iniciativa e independência. Faz parte de todo um sistema de automatismo social que se pretende substituir à espontaneidade individual. A civilização, por obra dessa substituição, só poderá perder em força e em garra, e até mesmo em dignidade.⁶²

É este tipo de situação, com algumas regalias sociais e de trabalho, que está a ser posta em questão (ou mesmo foi já eliminada) nos países sob ataque especulativo, sobretudo, hoje, na Europa do Sul. Mas haverá certamente próximos...

É também evidente que os níveis de satisfação no trabalho e no emprego⁶³ caem abruptamente parecendo acompanhar os da confiança nos governos e na classe política. E esse “indiferentismo” só não será eleitoralmente devastador porque em muitos destes países mais em crise o voto não é obrigatório, e muitos dos descontentes crêem que não vale a pena participar. Quer, imediatamente, num sindicalismo que recuou muito como fenómeno de massas, quer mais mediamente num rotativismo partidário na governação, que sempre culpa o governo anterior, mas que, a seus olhos, cada vez piora mais a situação de quem trabalha.⁶⁴

Só poderá haver felicidade – e, antes disso, só poderá haver justiça – se se vierem a repor os princípios do Direito do Trabalho, redescobrimdo, afinal, a sua finalidade, e deixando uma ambiguidade irénica⁶⁵ que se arrisca até a subverter-lhe a essência:

*A finalidade do Direito do Trabalho é estabelecer medidas protetoras ao trabalho, assegurando condições dignas de labor. Esse ramo do Direito apresenta disposições de natureza tutelar à parte economicamente mais fraca da relação jurídica, de forma a possibilitar uma melhoria das condições sociais do trabalhador.*⁶⁶

⁶² LEROY-BEAULIEU, Paul — *L'économiste français*, apud BOSI, Alfredo — *Ideologia e Contra Ideologia*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, pp. 372-373.

⁶³ Em geral, cf. os “clássicos” FRANCÈS, Robert — *La satisfaction dans le travail et dans l'emploi*, trad. port., *Satisfação no Trabalho e no Emprego*, Porto, Rés, 1983; HESS, Rémi — *Sociologie d'intervention*, trad. port., *Sociologia de intervenção*, Porto, Rés, s/d.. Cf. ainda obras tão diferentes no registo e nas propostas, que contudo comprovam uma muito generalizada preocupação com o problema: LANIER, Jaron — *Você não é um Gadget*, Lisboa, Babel, 2011; FERRISS, Timothy — *The 4-Hour Workweek*, 2007, trad. port. de Inês Castro, *4 Horas por Semana. Trabalhar menos, Produzir mais*, Lisboa, Casa das Letras, 2008 ; DALAI LAMA, His Holiness the / CUTLER, Howard C., M.D. — *The Art of Happiness at Work*, trad. port. de Lúcia Brito, revisão da trad. de Marina Appenzeller, *A Arte da Felicidade no Trabalho*, São Paulo, Martins Fontes, 2004. E o filme *J'ai très mal au travail, cet obscur objet de haine et de désir*, de Jean-Michel Carré, 2007.

⁶⁴ Para mais desenvolvimentos, neste concreto ponto, cf. o nosso *Direitos, Trabalho, Ócio e Felicidade*, in “Seara Nova”, n.º 1717, outono de 2011. E ainda PÉRILLEUX, Thomas / CULTIAUX, John — *Destins politiques de la souffrance. Intervention sociale, justice, travail*, Toulouse, Erès, 2009.

⁶⁵ Sobre tal ambiguidade, CABRAL SILVA, Wanise — *As Fases e as Faces do Direito do Trabalho*, São Paulo, Editora LTr, 2007.

⁶⁶ BARBOSA GARCIA, Gustavo Filipe — *Manual de Direito do Trabalho*, São Paulo, Gen. / Método, 2009, p. 8.

Em suma, encontramos-nos numa dessas situações em que é necessária uma intervenção dos poderes públicos, do Estado, da Lei, no sentido de evitar a lei da selva, de um “estado de natureza anárquico”, em que o fraco seja necessariamente vítima do forte. Porque o padre liberal Henri Lacordaire (1802-1861) continua a ter razão, e agora, que o olvido confundiu alguns, se possível tem mais razão ainda: “Entre le fort et le faible, entre le riche et le pauvre, entre le maître et le serviteur, c’est la liberté qui opprime et la loi qui affranchit”.⁶⁷

O trabalho não é assim um universo fechado, e a cidadania algo que se faz nas horas vagas. Há uma cidadania do trabalho e no trabalho.⁶⁸ Em boa medida, tal é feita de participação, e mesmo de sindicalismo, que necessita de uma urgente reinvenção, sem pôr de parte os princípios de defesa dos trabalhadores que estão na sua génese e no seu código genético.

Houve tempo em que se pensou que os Direitos Sociais (e os Direitos Humanos em geral) eram uma espécie de flor na botoeira, diziam alguns que até nem seriam verdadeiramente jurídicos.⁶⁹ As ironias sobre eles abundavam em alguns círculos seletos. E na doutrina jurídica não eram muitos, em alguns países, a reivindicar altissonantemente a necessidade de cumprimento dos direitos.⁷⁰

Hoje está tragicamente à vista que os Direitos Sociais (Económicos, Culturais, etc.) começam em coisas de elementar dignidade e sobrevivência: como o direito a ter alimento, vestuário, um médico, um medicamento, o que só se pode alcançar com algum rendimento. Sem salário e sem subsídios sociais (a imensa maioria só pode aspirar a uma destas fontes), há direitos sociais em risco? Sim, mas também o mínimo de subsistência para muitos. O próprio direito à

⁶⁷ LACORDAIRE, Henri — *Conférences de Notre Dame*, Paris, Sagnier et Bray, 1848, p. 246.

⁶⁸ BAYLOS, Antonio — *Ciudadania en el Trabajo*, in “Revista do Advogado”, Associação dos Advogados de São Paulo, Ano XXX, n.º 110, Dezembro de 2010, pp. 9-16.

⁶⁹ Colocando, por esta ou por aquela razão, dúvidas ou reticências aos direitos humanos, autores de nomeada como GUZMÁN BRITO, Alessandro — *Sobre la naturaleza de la Teoría de los Derechos del Hombre*, separata de “Revista de Derecho Público”, n.ºs 41-42, Facultad de Derecho, Universidad de Chile, Santiago, 1987, pp. 77- 93; MASSINI CORREAS, Carlos Ignacio — *Los Derechos Humanos, paradoja de nuestro tiempo*, Santiago, s/e, 1989 e D’ORS, Álvaro — *Derecho y Sentido Común. Siete Lecciones de Derecho Natural como Límite del Derecho Positivo*, Madrid, Civitas, 1995, *inter alia*. O caso de Villey, que criticaria os direitos humanos em VILLEY, Michel — «Crítica de los Derechos del Hombre», in *Estudios en torno a la noción de Derecho subjetivo*, Valparaíso, EDUVAL, 1976 e Idem — *Le Droit et les Droits de l’Homme*, PUF, Paris, 1983, é diferente. A sua crítica sempre foi mais linguística e histórica (v. Idem — *Polémique sur les ‘Droits de l’Homme’*, in “Etudes Philosophiques”, n.º 2, 1986, p. 191 ss.) e depois ter-se-ia mesmo « convertido » aos Direitos Humanos, havendo declarado: « je ne suis pas un adversaire des droits de l’homme », numa entrevista ao jornal « Le Monde », 9-10 de Dezembro de 1984, conduzida por Christian Descamps. Cf. um nosso balanço muito provisório “Crítica e Pós-Crítica dos Direitos Humanos”, in *Teoria da Constituição*, vol. II. *Direitos Humanos, Direitos Fundamentais*, Lisboa, Verbo, 2000, p. 305 ss.. Nesta mais de uma dúzia de anos, quanta água passou já sob as pontes da teoria e da prática...

⁷⁰ Destacando-se, em Portugal, o ensaio de GOMES CANOTILHO, José Joaquim — *Tomemos a sério os direitos económicos, sociais e culturais*, separata de *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, número especial, “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Arruda Ferrer Correia, 1984”, Coimbra, 1988, hoje in *Estudos sobre Direitos Fundamentais*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004. V. ainda MIRANDA, Jorge — *A Interpretação da Constituição Económica*, Separata do número especial do “Boletim da Faculdade de Direito”. “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró”, 1986, Coimbra, 1987.

vida e à dignidade. Por isso, o Tribunal Constitucional português consideraria, já em 2002, que “um mínimo de existência condigna ((é)) inerente ao princípio do respeito da dignidade humana”.⁷¹

E o primeiro direito a fazer respeitar é elementar e contratual clássico: é o direito ao salário, como sinalagmática, necessária e irrecusável contrapartida do trabalho.

Não deixa de ser um pouco deprimente que num ensaio sobre Felicidade se termine pela situação dramática de o próprio direito ao simples salário estar em causa, em muitos casos. Mas em tempos mais críticos é que o engenho se aguça, como já Camões ensinou no seu poema épico. No Brasil, já se apresentaram projetos para uma explícita constitucionalização desse direito fundamental, o Direito à Felicidade. Ou à sua busca... Mas este último parece ser um direito natural e nem precisar de consagração constitucional formal.⁷²

Sociedade de Informação é já uma expressão usada para designar, globalmente, a sociedade hodierna. As caricaturas e os lugares-comuns poderão apresentar uma sociedade pintada com as cores da conquista do espaço, hiperdependente da tecnologia, hoje cada vez mais micro –ou nano– e poderes políticos em alguma medida totalitários (ou para tal tendendo), usufruindo dos abundantes meios de controle que uma tal sociedade lhes fornece.

É evidentemente de desconfiar destes *clichés*, mas a verdade é que, se nos focarmos apenas na realidade laboral, veremos que a vigilância através das tecnologias da informação, a perda de privacidade, a perda de tempo (mesmo de horário de trabalho), a perda até do direito a carreira, etc., tudo sendo planificado numa nova linha de montagem, são sinais de alarme para os direitos fundamentais de liberdade, pura e simples, logo para os direitos fundamentais sociais (porque ninguém nos garante que o mundo plástico e assético desse futuro *brave new world* não seja desigual, profundamente desigual, e de miserabilismo para uns tantos, mais ou menos). Mas evidentemente estaria em perigo, nesse contexto, o direito fundamental à felicidade. É certo que Vilém Flusser⁷³ concebe “os nossos netos” como ele gostava de escrever, como seres aventureiros nas suas aventuras de terminal de computador, e sempre criando e sendo impressionados (fala mesmo em “gente fascinada”) por novos estímulos. Haveria até uma hipersensibilidade e quicá potenciação de prazer nesses passivos ativos.

⁷¹ Acórdão do Tribunal Constitucional português nº 509 / 2002, tendo como Relator o Conselheiro Luís Nunes de Almeida.

⁷² O Senador Cristóvão Buarque apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição 19/2010, pela qual o Artigo 6º da Constituição Federal brasileira passaria a ser: “são direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Fonte: “UOL Notícias. Política”, *apud* <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/11/10/lei-da-felicidade-passa-por-comissao-do-senado-e-segure-para-o-plenario.htm>> (consultada em 18 de agosto de 2015). Cf. ainda, v.g., RUBIN, Beatriz — *O Direito à Busca da Felicidade. The Right to Pursuit the Happiness*, “Revista Brasileira de Direito Constitucional” – RBDC, n. 16 – jul./dez. 2010, p. 35 ss.

⁷³ FLUSSER, Vilém — *O Universo das Imagens Técnicas: Elogio da Superficialidade*, São Paulo, Annablume, 2008, *passim*.

O problema é que na verdade voltamos à questão inicial da reflexão grega sobre o assunto: à diferença essencial entre a felicidade e a mera fruição hedonista. Tornando de novo atuais as polêmicas entre estóicos e epicuristas, nas suas volutas históricas. A Sociedade da informação ao mesmo tempo parece ter todos os *gadgets* propícios a um contentamento fugaz, e gerador de frustração consequente, ao mesmo tempo que se vai esquecendo a metanarrativa da felicidade. Mesmo o discurso da auto-ajuda contraria alguns mitos correntes que são imagem dessas metanarrativas. Treinar pela comunicação social, pela autoajuda (ou pela heteroajuda), pela *vox populi* as pessoas não acreditarem em soluções senão individualistas, de pessoas “guerreiras”, “batalhadoras”, individualistas (em ninguém se pode confiar, afinal...) que “vivem e deixam morrer” ou matam mesmo, é em grande medida fomentar o paradigma do psicopata laboral ou político⁷⁴, enquanto se descrê tanto da política geral que dê certo como dos relacionamentos pessoais duradouros e com êxito. As pessoas são preparadas, ainda que apenas pela simples confluência de vozes separadas que repetem um espírito do tempo (e a comunicação social a tudo amalgama numa resposta em grande medida unanimista), para não acreditar nas metanarrativas de soluções sociais e políticas com consistência ideológica (a não ser o TINA: *there is no alternative*) nem nos contos de fadas em que havia um qualquer *happy ending*.

Obviamente que depois do lastro histórico adquirido, ninguém vai facilmente embarcar em crenças que se revelaram fracassos, quer no micro- quer no macro-, ou que mesmo correspondiam intrinsecamente a más soluções. Daí, porém, a recusar todo o princípio Esperança, e toda a esperança com ou sem princípio, vai um temerário salto de gigante.

Fundamental Right to Happiness: from the classics to the society of information

Abstract: In this article we seek roots and wings of thought framing the right to happiness (or the search of it): from the aspirations and classical Greek reflections to a constitutional revision project in order to include this right, proposed at the Brazilian Senate. This essay is also seeking connecting bridges between this aspiration and the ideological dimension.

Keywords: Right to Happiness, pursuit of happiness, Fundamental Rights, Ideology

Referências bibliográficas

ADDISON, Joseph. *A Citizen's Diary*, in *A Book of English Essays*, selec. por W. E. Williams, Londres, Penguin, reed., reimp., 1987.

⁷⁴ BARBOSA SILVA, Ana Beatriz — *Mentes perigosas*, Rio de Janeiro, Fontanar, 2008.

- ALAIN, *Idées*, Paris, Flammarion, 1983.
- ALQUIE, Ferdinand. *Servitude et liberté selon Spinoza*, Paris, La Table Ronde, 2003.
- ANSART, Pierre. *Les idéologies politiques*, Paris, PUF, 1992.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*, trad. port. de Roberto Raposo, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010.
- ARISTÓTELES. *A Política*, VII, 1-3 (1323 a ss.), trad. port., São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BAECHLER, Jean. *Qu'est-de que l'idéologie?*, Paris, Gallimard, 1976.
- BAPTISTA MACHADO, João. *Introdução ao Direito e ao discurso legitimador*, reimp., Coimbra, Almedina, 1985.
- BARBOSA GARCIA, Gustavo Filipe. *Manual de Direito do Trabalho*, São Paulo, Gen. / Método, 2009.
- BARBOSA SILVA, Ana Beatriz. *Mentes perigosas*, Rio de Janeiro, Fontanar, 2008.
- (BARRET-) KRIEGEL, Blandine. *L'État et les Esclaves*, Paris, Payot, 1979.
- BAYLOS, Antonio. *Cidadania en el Trabajo*, in “Revista do Advogado”, Associação dos Advogados de São Paulo, Ano XXX, n.º 110, Dezembro de 2010, pp. 9-16.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Razão e Afeto, Justiça e Direitos Humanos: Dois Paralelos Cruzados para Mudança Paradigmática. Reflexões Frankfurtianas e a Revolução pelo Afeto*, in *Educação e Metodologia para os Direitos Humanos*, São Paulo, Quartier Latin, 2008.
- BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*, 7ª ed., 2ª tiragem, São Paulo, Malheiros Editores, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e Contra Ideologia*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- BOUDON, Raymond. *L'idéologie ou l'origine des idées reçues*, Paris, Fayard, 1986.
- BRAITHWAITE, Valerie. *Trust and Governance*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation, 1998.
- CALDEIRA, Reinaldo / SILVA, Maria do Céu (compilação). *Constituição Política da República Portuguesa 1976. Projectos, votações e posição dos partidos*, Lisboa, Bertrand, 1976.
- CAMPOS, Álvaro de (Fernando Pessoa). *Poesias de Álvaro de Campos*, Lisboa, Ática, 1944 (imp. 1993).
- CARNEIRO, José Álvaro. *Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime*, in “Opinião Pública”, vol. 14, junho de 2008.
- CATROGA, Fernando. *Caminhos do Fim da História*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- COMTE-SPONVILLE, André. *Qu'est-ce qu'une Spiritualité sans Dieu? À Propos de L'Esprit de l'Athéisme*, Paris, Studio Belleville, Frémeaux & Associés, 2007.
- CRUZ, Freio Gaspar da Cruz. *Tratado das Coisas da China* (Évora, 1569-1570), introdução, modernização do texto e notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Sociedade Editora de Livros de Bolso, 2010.

- CUNHA, Paulo Ferreira da. *O Ponto de Arquimedes*, Coimbra, Almedina, 2001.
- _____. *Filosofia Jurídica Prática*, Lisboa, Quid Juris, 2009.
- _____. *Constituição, Crise e Cidadania*, com Prefácio do Prof. Dr. Paulo Bonavides, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007.
- _____. *A Constituição Viva. Cidadania e Direitos Humanos*, com Prefácio do Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007.
- _____. *Direito Constitucional Geral*, São Paulo, Método, 2007.
- _____. *Ideologia e Direito na Constituição de 76*, in “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Ribeiro de Faria”, Faculdade de Direito da Universidade do Porto /Coimbra Editora, Março de 2004.
- DALAI LAMA, His Holiness the / CUTLER, Howard C., M.D. — *The Art of Happiness at Work*, trad. port. de Lúcia Brito, revisão da trad. de Marina Appenzeller, *A Arte da Felicidade no Trabalho*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- D’ORS, Álvaro. *Derecho y Sentido Común. Siete Lecciones de Derecho Natural como Límite del Derecho Positivo*, Madrid, Civitas, 1995.
- DUBY, Georges / ARIÈS, Philippe (dir.). *História da Vida Privada*, trad. port. com revisão científica de Armando Luis Carvalho Homem, Porto, Afrontamento, 1989-1991, 5 vols.
- ECO, Umberto. *Confessions of a Young novelist*, Harvard University Press, 2011, trad. port. de Rita Figueiredo, *Confissões de um Jovem Escritor*, Lisboa, Livros Horizonte, 2012.
- FERREIRA, António Casimiro. *A Sociedade da Austeridade e Direito do Trabalho de Exceção*, Porto, Vida Económica, 2012.
- FERRISS, Timothy. *The 4-Hour Workweek*, 2007, trad. port. de Inês Castro, *4 Horas por Semana. Trabalhar menos, Produzir mais*, Lisboa, Casa das Letras, 2008.
- FERRY, Luc. *Aprender a Viver. Filosofia para os Novos Tempos*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.
- FLUSSER, Vilém. *O Universo das Imagens Técnicas: Elogio da Superficialidade*, São Paulo, Annablume, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, antologia com org., introd. e trad. de Roberto Machado, Rio De Janeiro, Graal, 1979.
- FRANCÈS, Robert. *La satisfaction dans le travail et dans l’emploi*, trad. port., *Satisfação no Trabalho e no Emprego*, Porto, Rés, 1983.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*, trad. port. de Maria Goes, *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- GILBERT, Daniel. *Stumbling on Happiness*, 2006, trad. port. de Liliane Marinho, 2ª reimp., Rio de Janeiro, Elsevier / Campus, 2006.
- GOMES CANOTILHO, José Joaquim. *Tomemos a sério os direitos económicos, sociais e culturais*, separata de *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, numero especial, “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Arruda Ferrer Correia, 1984”, Coimbra, 1988

GRASSI, Giacomo. *Utopia morale e utopia politica*, Messina-Firenze, Casa Editrice G. D'Anna, 1980.

GUZMÁN BRITO, Alessandro. *Sobre la naturaleza de la Teoría de los Derechos del Hombre*, separata de “Revista de Derecho Publico”, n^{os} 41-42, Facultad de Derecho, Universidad de Chile, Santiago, 1987, pp. 77-93.

HAYEK, Friedrich Karl von. *The Road to Serfdom*, London, Routledge, nova ed., 1991 (1^a ed., 1944).

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*, Heidelberg, Oswald (C. F. Winter), 1830.

HESS, Rémi. *Sociologie d'intervention*, trad. port., *Sociologia de intervenção*, Porto, Rés, s/d.

JULIEN, François. *Nourrir sa vie. À l'écart du bonheur*, Paris, Seuil, 2005.

KANT, Emmanuel. *Métaphysique des Moeurs. I. Doctrine du Droit*, 3^a ed. fr. com prefácio de Michel Villey, trad. e introd. de A. Philonenko, Paris, Vrin, 1986.

_____. *Métaphysique des Moeurs. II. Doctrine de la vertu*, 3^a ed. fr trad. e introd. de A. Philonenko, Paris, Vrin, 1985.

_____. *Was ist Aufklärung?*, 1783, ed. cast., trad. de Agapito Maestre y José Romagosa, *Qué es Ilustración?*, Madrid, Tecnos, 1988.

LACORDAIRE, Henri. *Conférences de Notre Dame*, Paris, Sagnier et Bray, 1848.

LANIER, Jaron. *Você não é um Gadget*, Lisboa, Babel, 2011.

LINDQVIST, Cecilia. *China, empire of living symbols*, trad. do sueco de Joan Tate, prefácio de Michael Loewe, Cambridge, Da Capo Press, 2008.

LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

LOUREIRO, João Carlos. *Adeus ao estado social?: a segurança social entre o crocodilo da economia e a medusa da ideologia dos “direitos adquiridos”*, Coimbra, Wolters Kluwer / Coimbra Editora, 2010.

MARCO AURÉLIO. *Pensamentos*, trad. port. de João Maia, Lisboa, Verbo, 1971.

MASSINI CORREAS, Carlos Ignacio. *Los Derechos Humanos, paradoja de nuestro tiempo*, Santiado, s/e, 1989.

McMAHON, Darrin M. *Happiness: a history*, trad. port. de Fernanda Ravagnani e Maria Sílvia Mourão Netto, *Felicidade. Uma História*, São Paulo, Globo, 2006.

MICHAUX, Henri. *Un barbare en Asie*, Paris, Gallimard, 1933.

MIRANDA, Jorge. *A Interpretação da Constituição Económica*, Separata do número especial do “Boletim da Faculdade de Direito”. “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró”, 1986, Coimbra, 1987.

MOISÉS, José Álvaro Moisés. *Cultura Política, Instituições e Democracia*, in “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, n^o 66, fevereiro de 2008, p. 11 ss.

MOREIRA, Adriano, *et alii*. *Legado Político do Ocidente*, prefácio de Alceu Amoroso Lima, Rio de Janeiro / São Paulo, Difel, 1978.

_____. *Memórias do Outono Ocidental. Um Século sem Bússola*, Coimbra, Almedina, 2009.

NEVES, Mário Nuno. *Fundamentos e Determinantes da Implantação e Evolução do Sistema Político da III República Portuguesa*, Doutoramento em Ciência Política, Cidadania e Relações Internacionais, Universidade Lusófona do Porto, Porto, 14 de Dezembro de 2011 (policóp.).

NYE, Joseph S. *et al*. *Why People don't trust Government*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.

PÉRILLEUX, Thomas / CULTIAUX, John. *Destins politiques de la souffrance. Intervention sociale, justice, travail*, Toulouse, Erès, 2009.

PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação (1614)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

POLO, Marco. *Viagens (1298)*, tradução de Ana Osório de Castro, prefácio de António Osório, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008.

RAMON CAPELLA, Juan. *Los Ciudadanos Siervos*, 3ª ed., Trotta, 2005, ed. port., *Os Cidadãos Servos*, Porto Alegre, SAFE, 1998.

RANIERI, Nina Beatriz Stoco. *O Espaço Público e suas Exigências: O Direito à Educação como Direito Político*, in “Revista Brasileira de Filosofia”, ano 60, vol. 237, julho-dezembro de 2011.

REBELO, Glória. *Emprego e Contratação Laboral em Portugal. Uma análise sócio-económica e jurídica*, Lisboa, HR, 2003.

_____. *Flexibilidade e Precariedade no Trabalho. Análise e Diagnóstico*, Lisboa, ed. do autor, 2004 (tese de doutoramento).

_____. *Trabalho e Emprego. Atualidade e Prospetiva*, Lisboa, Sílabo, 2012, 2 vol.

REIS, Ricardo. *Odes*, ed. De Lisboa, Ática, 1981.

ROCHER, Guy. *Introduction à la sociologie générale*, trad. port. de Ana Ravara, *Sociologia Geral*, I, 3ª ed., Lisboa, Presença, 1977.

ROUGEMONT, Denis de. *L'Amour et l'Occident*, trad. port., *O amor e o ocidente*, Lisboa, Moraes, 1968.

RUBIN, Beatriz. *O Direito à Busca da Felicidade. The Right to Pursuit the Happiness*, “Revista Brasileira de Direito Constitucional” – RBDC, n. 16 – jul./dez. 2010, p. 35 ss..

TOMÁS DE AQUINO — *In decem libros ethicorum Aristotelis ad Nicomachum expositio*, trad. cast. de Ana Mallea, estudo preliminar e notas de Celina A. Lértora Mendoa, *Comentário a la Ética a Nicómaco de Aristóteles*, Pamplona, EUNSA, 2000.

TRAHARD, Pierre — *Les maîtres de la sensibilité française au XVIIIe siècle (1715-1789)*.

_____. *La sensibilité révolutionnaire (1789-1794)*, Paris, Boivin et Cie. editeurs, 6 vols., 1931-1933.

VILLEY, Michel. *Crítica de los Derechos del Hombre*, in *Estudios en torno a la noción de Derecho subjetivo*, Valparaíso, EDUVAL, 1976.

_____. *Le Droit et les Droits de l'Homme*, PUF, Paris, 1983.

WARAT, Luis Alberto. *Do Paradigma Normativista ao Paradigma da Razão Sensível*, in *Temas Emergentes no Direito*, coord. de Marcelino Meleu / Mauro Gaglietti / Thaise Nara Graziottin Costa, Passo Fundo, IMED, 2009.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CUNHA, Paulo Ferreira da. Direito fundamental à Felicidade: dos Clássicos à Sociedade da Informação. *Interesse Público – IP*, Belo Horizonte, ano 19, n. 102, p. 59-84, mar./abr. 2017.

Recebido em: 27.12.2016

Aprovado em: 24.02.2017